





PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das áreas 4 e 5 | dez 2020/jan 2021 | nº 1

- Localize sua comunidade no mapa (páginas 4 e 5)
- Leia mais sobre o direito à Assessoria Técnica Independente (ATI)



CUIDADOS PARA EVITAR O CORONAVÍRUS

A pandemia continua, então é importante manter o distanciamento social, usar máscaras, lavar as mãos com frequência (ou usar álcool 70), evitar aglomerações e compartilhar objetos. Acompanhe a situação da COVID-19 na sua cidade no site: www.guaicuy.org.br/covid19

O DIREITO À RENDA **EMERGENCIAL**

Auxílio foi prorrogado até 31/01/21. Rumo do Pagamento Emergencial está em disputa.

Página 3

ANÁLISE DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

Guaicuy em campo

Página 7

SAIBA MAIS SOBRE ACORDO NEGOCIADO **ENTRE VALE E PODER PÚBLICO**

Acordo com a Vale vem sendo negociado a portas fechadas pelo Estado de MG e por Instituições de Justiça (Defensoria Pública/MG, Ministério Público/MG e outras). Pessoas atingidas reivindicam protagonismo e direito de participar de forma efetiva das negociações, com direito à fala para construir as premissas do acordo, que estão confidenciais.

Página 8





O DIREITO À ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

O Instituto Guaicuy realiza ações socioambientais há mais de 20 anos em Minas Gerais. Em 2019, foi eleito pelos moradores de Curvelo e Pompéu (área 4) e pelas comunidades da região do Lago de Três Marias (área 5) para prestar Assessoria Técnica Independente (ATI) às pessoas afetadas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. A principal função da Assessoria é garantir a participação informada das pessoas atingidas no processo judicial coletivo. Com profissionais de diversas áreas, a assessoria técnica também tem a tarefa de produzir uma matriz de danos, que é um mapeamento dos prejuízos, a partir de depoimentos das pessoas e de análises ambientais e sociais. A ATI também é assistente das Instituições de Justiça que representam as pessoas no processo coletivo: Ministério Público/MG e Defensoria Pública/MG.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES: ALGUMAS CONQUISTAS

03 de abril de 2020

Guaicuy inicia trabalhos com as comunidades.

25 de agosto de 2020

Incluído no processo o Mapeamento Preliminar de Danos, produzido pelo Guaicuy em conjunto com as comunidades. Com base nele, Estado e Instituições de Justiça pediram condenação parcial da Vale em R\$ 54 bilhões.

02 de outubro de 2020

Ministério Público/MG, Defensoria Pública/ MG e outras Instituições de Justiça apresentam pedido de critérios para novo Pagamento Emergencial. Proposta foi construída pelas comunidades e sistematizada pelas ATIs.

08 de outubro de 2020

Foi incluído no processo o dossiê organizado pelo Guaicuy que reúne denúncias das comunidades sobre a falta de água de qualidade e em quantidade suficiente que deveria ser fornecida pela Vale.

05 de dezembro de 2020

Comissões de pessoas atingidas da Bacia do Paraopeba e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) escrevem "Manifesto pela participação das pessoas atingidas na discussão do acordo entre Vale S.A., Estado de MG e Instituições de Justiça", com apoio das ATIs.

17 de dezembro de 2020

Pessoas atingidas protestam, pela terceira vez, durante audiência, na porta do TJMG, e conseguem adiar acordo negociado com a Vale sem participação das comunidades.

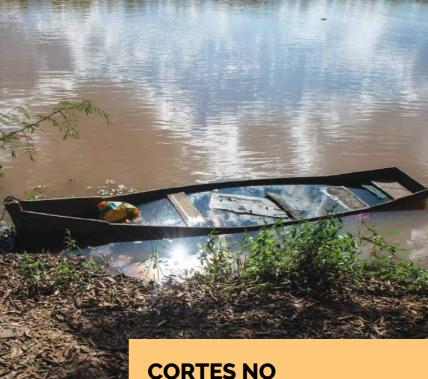
EXPEDIENTE DO BOLETIM

COORDENAÇÃO GERAL: Carla Wstane, José de Castro Procópio, Marcus Vinícius Polignano
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E CONTEÚDO: Bernardo Vaz | JORNALISTA RESPONSÁVEL: Ennio
Rodrigues - 18001/MG | TEXTOS JORNALÍSTICOS: Camila Bastos, Fernanda Brescia, Júlia Rohden | DIAGRAMAÇÃO: Carol
D'Alessandro | IMAGENS: Daniela Paoliello, Leo Souza | IMPRESSÃO: Rona Editora

INSTITUTO GUAICUY: Rua Brasópolis, 109, Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30111-060 | (31) 3024-9460 | \bigcirc (31) 97102-5001 Telefone/WhatsApp para pessoas atingidas | contato@guaicuy.org.br

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | ¶/institutoguaicuy | @/institutoguaicuy

"Enquanto acontece o acordo, as comunidades continuam com direito negado de emergencial, água, silagem. A cada dia que passa, a situação complica" - moradora do PA Queima Fogo



PAGAMENTO EMERGENCIAL

Nos últimos meses, moradores de diferentes comunidades entraram em contato com o Guaicuy para falar sobre cortes do Pagamento Emergencial. Se este é seu caso, você deve primeiro ligar para a Vale no 0800 031 0831. Sempre que falar com a Vale, anote o dia, horário, nome do atendente e o protocolo da ligação. Se não tiver resposta da Vale, você pode entrar em contato com o Guaicuy pelo telefone (31) 97102-5001. Vamos juntos buscar informações para acionar as Instituições de Justiça.

A IMPORTÂNCIA DA RENDA EMERGENCIAL IMEDIATA

O Pagamento Emergencial foi prorrogado até 31 de janeiro de 2021, mas seu futuro permanece em disputa

Em julho de 2019, a Vale foi condenada a reparar todos os danos causados pelo rompimento da barragem. O Pagamento Emergencial é apenas uma parte das obrigações judiciais da Vale.

Ele dá condições para que as pessoas atingidas sigam na luta pela reparação integral. O valor não substitui e não será descontado da indenização individual.

O Emergencial foi prorrogado até 31 de janeiro de 2021 para as pessoas que atendem os critérios atuais, de morar em Brumadinho ou a até um quilômetro de distância da calha do Rio Paraopeba e que se cadastraram junto à mineradora até novembro de 2019.

No entanto, várias pessoas atingidas relatam cortes inesperados no Pagamento, que é obrigação judicial da Vale. O Guaicuy encaminhou ofícios individuais e coletivos para a Vale e para as Instituições de Justiça (Defensoria Pública/MG e Ministério Público/MG) pedindo informações e solicitando a regularização do auxílio. Nem todos os ofícios foram respondidos, mas continuaremos cobrando respostas.

A Vale também foi condenada a garantir outras medidas emergenciais, como água para consumo e atividades produtivas; além de água, ração e silagem para animais, de acordo com cada espécie.

POSSÍVEIS RUMOS PARA O PAGAMENTO EMERGENCIAL

As comunidades propuseram novos critérios para o Pagamento Emergencial, que foram sistematizados pelas Assessorias Técnicas Independentes e apresentados ao juiz pelas Instituições de Justiça no dia 02 de outubro de 2020. Na proposta, todas as pes-

soas que sofreram comprometimento econômico em função do rompimento da barragem da Vale deveriam receber o auxílio.

Outra proposta é a criação do Programa Social de Distribuição de Renda, apresentado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O Pagamento Emergencial poderá ser incluído no acordo que vem sendo negociado entre Governo de MG, Instituições de Justiça e Vale (leia mais na página 8). O rompimento da barragem da Vale atingiu cerca de 250 mil pessoas, na bacia do Rio Paraopeba, em comunidades que vão de Brumadinho a Três Marias

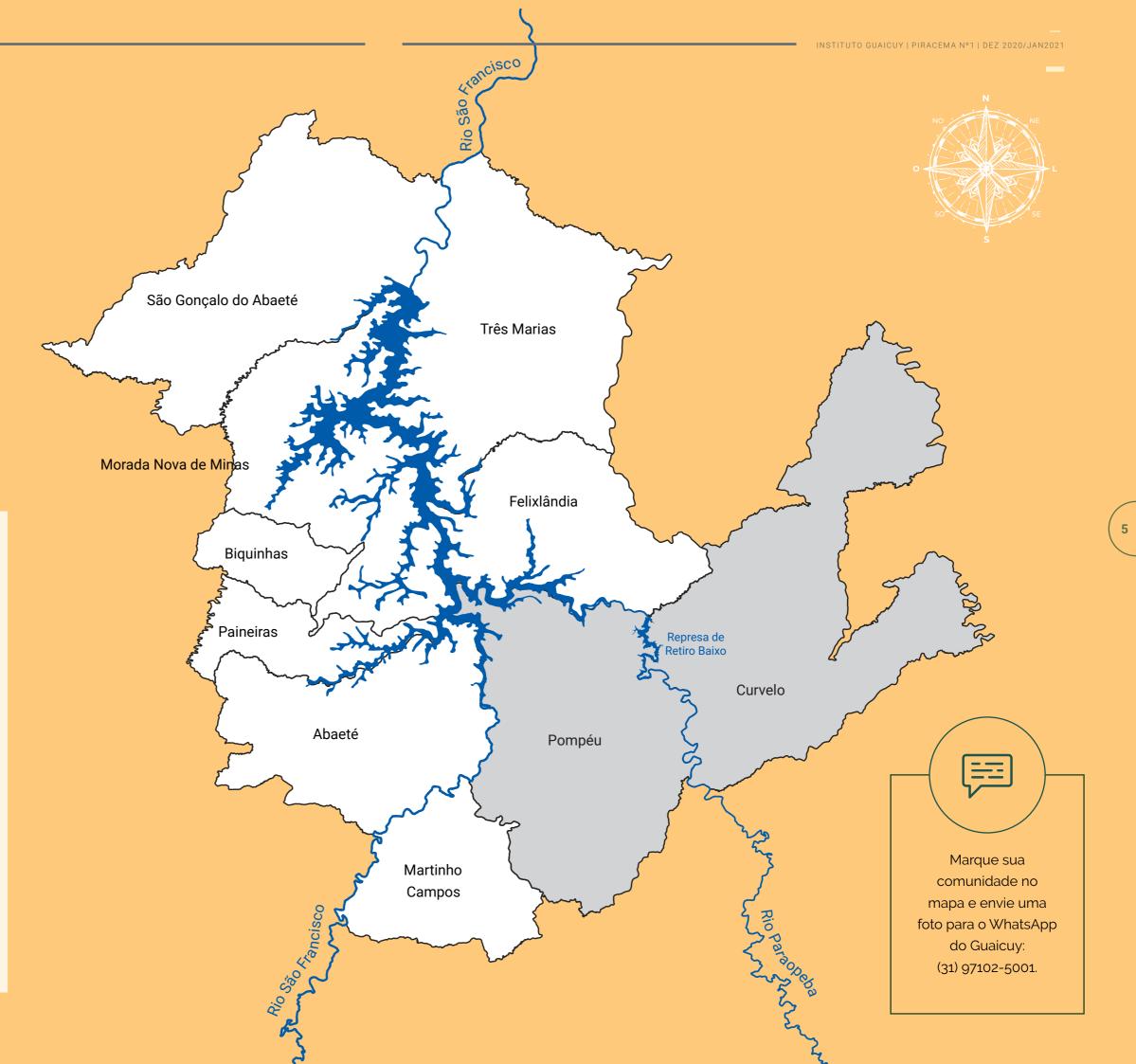
AS 5 REGIÕES ATINGIDAS NA BACIA DO PARAOPEBA

Após o derramamento de rejeitos da Vale no Rio Paraopeba, as Instituições de Justiça mapearam cinco regiões afetadas, que têm atuação de três Assessorias Técnicas Independentes:

Aedas: Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas).

Nacab: Região 3 (Esmeraldas, Pará de Minas, Florestal, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios, Fortuna de Minas, Caetanópolis e Paraopeba).

Guaicuy: Região 4 (Curvelo e Pompéu) e Região 5 (Martinho Campos, Abaeté, Paineiras, Biquinhas, Felixlândia, Morada Nova de Minas, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias).



. \

GUAICUY ALERTA SOBRE FALHAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR PARTE DA VALE

Comunidades atingidas denunciam que mineradora não cumpre determinação de fornecimento de água

Desde o início dos trabalhos, o Guaicuy recebeu muitas denúncias sobre cortes no fornecimento de água pela Vale e sobre a distribuição em quantidade insuficiente e em qualidade não adequada para consumo.

Por meio de ofícios individuais e coletivos, o instituto vem informando os problemas para as Instituições de Justiça que representam as pessoas atingidas no processo coletivo (Defensoria Pública/MG e Ministério Público/MG).

O tema também foi levantado nas audiências do processo, nas quais a Vale alegou não encontrar os endereços das pessoas afetadas para que pudesse entregar a água. A partir disso e do relato das pessoas, o Guaicuy elaborou um dossiê que reúne essas denúncias e ele foi anexado ao processo pelo juiz.

Após todas essas tentativas de resolução dos problemas, o juiz Elton Pupo Nogueira determinou que a mineradora fosse a campo para encontrar os endereços e que as visitas fossem acompanhadas por técnicos das Assessorias Técnicas Independentes.

As visitas ocorreram entre os dias 09 e 13 de novembro e geraram um relatório que foi encaminhaapresentados, no dia 19 de novembro, em audiência que foi adiada pelo juiz, sem marcação de nova data.

Após visitas às

comunidades.

que seriam

Guaicuy produziu novos relatórios

do às Instituições de Justiça. Ele seria apresentado à Justiça, no dia 19 de novembro, em audiência que foi adiada pelo juiz, sem marcação de nova data.

O Guaicuy segue acompanhando de perto a situação para dar continuidade ao trabalho com as comunidades atingidas.





Cleisson de Souza Santos, Angueretá (Curvelo)

"Não tem outra opção. O problema é bem grave. (...) A água que eles [Vale] trazem fica oito dias, 15 dias sem trazer. O gado fica quase morrendo porque fica sem opção de água. Já perdemos leite. Gado de corte emagrece muito por conta da falta de água, está difícil a situação... A gente gostaria muito que fosse regularizado. Precisava que trouxesse água mais vezes, ou aumentasse a capacidade do

reservatório".



Terezinha de Jesus Barbosa Costa, Ribeiro Manso (Felixlândia)

"O problema nosso aqui é a água do rio que todo mundo utilizava para a fazenda, para beber, cozinhar, tomar banho. E, hoje, depois que desceu esse rejeito de Brumadinho, pelo rio, a gente não pode mais usar essa água do rio para plantação e nem para tomar. A gente utilizava dela para tomar banho, para cozinhar, usava para alimentação do dia a dia. Hoje a gente tem receio, tem medo, pode prejudicar a saúde".



GUAICUY FAZ ANÁLISES DA QUALIDADE DA ÁGUA

Desde o primeiro contato com o Guaicuy, as pessoas atingidas manifestaram insegurança e a necessidade da geração de dados técnicos e que permitam entender os impactos do rompimento para o meio ambiente.

Por isso, estão sendo feitos estudos por laboratórios selecionados pelo Guaicuy, garantindo independência de análises que podem servir como provas no processo coletivo.

Em outubro e novembro, o Guaicuy fez coletas de água subterrânea (poços e cisternas). Em dezembro foram feitas análises de solo, sedimentos e água superficial (lagos e rios).

Estão previstas ainda análises focadas nas alterações das comunidades aquáticas (de peixes e até microorganismos).

Todos os processos de análises são construídos junto às comunidades, desde as coletas até a apresentação dos resultados.

Depois de todos esses estudos, com técnicas diferentes e em pontos do rio e épocas do ano diversas, é que os técnicos do Guaicuy poderão fazer uma análise adequada sobre a qualidade da água.



O que fazer se estiver sem água ou recebendo em quantidade insuficiente?

A Vale deve fornecer água para consumo humano, consumo animal e também atividades produtivas, em quantidade e qualidade suficientes.

Se você não está recebendo água, deve primeiro ligar para a Vale no 0800 031 0831. Sempre que falar com a empresa, anote dia, horário, nome do atendente e protocolo da ligação.

Se não tiver resposta, entre em contato com o Guaicuy pelo número (31) 97102-5001. Vamos juntos buscar informações para acionar as Instituições de Justiça.

O QUE ESTÁ EM JOGO NO ACORDO ENTRE A VALE, O GOVERNO DO ESTADO E AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA?

Desde outubro de 2020, a imprensa começou a noticiar negociações sobre um acordo

O QUE É UM ACORDO?

Um processo judicial pode ser decidido por uma sentença, mas também pode ser resolvido de outras formas, como por meio de um acordo. Já existem ações civis públicas para tratar da reparação dos danos causados com o rompimento da barragem que estavam correndo na primeira instância, com o juiz Elton Pupo Nogueira.

No entanto, no decorrer desse processo, o Governo de Minas Gerais e as Instituições de Justiça (Ministério Público/MG e Defensoria Pública/MG) passaram a negociar um acordo com a Vale que poderá definir parte dos rumos da reparação integral dos danos para todas as comunidades atingidas, substituindo parte do processo judicial.

QUAL É O CONTEÚDO DESSE ACORDO?

Segundo o que foi apresentado pelo Governo de Minas, está sendo proposto que a Vale compense prejuízos que o Estado teve com o rompimento da barragem por meio de projetos a serem implementados pelo próprio governo. E as Instituições de Justiça também estão propondo, dentro do acordo, projetos de reparação a serem construídos com as comunidades atingidas.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Uma das questões importantes sobre esse acordo é a forma como a negociação vem sendo feita, sem a presença e possibilidade de participação das pessoas atingidas. Outra questão é a falta de transparência, já que os termos completos do acordo não foram disponibilizados pela Justiça.

As comunidades atingidas, o Guaicuy e a sociedade seguem sem acesso ao conteúdo atualizado do acordo. Somente os representantes das partes do processo, que são Governo de MG, Ministério Público, Defensoria Pública, e os advogados da Vale, podem acessar os documentos.

QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

A mobilização das comunidades impediu que o acordo fosse assinado até dezembro de 2020. As comissões e comunidades de pessoas atingidas e o MAB, com apoio das ATIs, elaboraram um manifesto que reivindica o direito de participar da construção do acordo, com direito à fala nas audiências e transparência nas negociações. Seguimos mobilizados e em luta!



Euclides Barbosa dos Santos e Reinira Moreira Santos Barbosa (Pompéu). Foto: Daniela Paoliel

"Logo quando você abre de manhã já sente o mau cheiro na água, a gente até hoje não usa. (...) E a gente nem sabe o que vai acontecer daqui para frente. Eles falam dez anos, dez anos pra eles é igual a um dia, porque eles podem viajar para outro país, e nós vamos continuar no mesmo lugar. Aqui é a casa do sonho da gente. Eles não, eles têm vários sonhos, têm dinheiro, né."

Euclides Barbosa dos Santos, morador de Fazendinhas Baú (Pompéu).

CONTATOS GUAICUY

SALVE O NOVO NÚMERO E RECEBA INFORMAÇÕES

(31) 97102-5001 www.guaicuy.org.br

